

03/04/2001

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS N. 80.730-5 MATO GROSSO DO SUL

RELATOR : MIN. NELSON JOBIM
PACIENTE : SÉRGIO ROBERTO DE CARVALHO
IMPETRANTES: LUIZ VICENTE CERNICHIARO E OUTRO
COATOR : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL. PROCESSO PENAL.
CONSTITUCIONAL. TRÁFICO INTERNACIONAL DE ENTORPECENTES. CRIME
COMETIDO A BORDO DE AERONAVE. CONSUMAÇÃO E COMPETÊNCIA.

O tráfico internacional de entorpecentes, praticado a bordo de aeronave, é da competência da Justiça Federal (CF, art. 109, IX).

Quando a aeronave ingressa no espaço aéreo brasileiro, incide a referida competência.

Ela não se desloca para a Justiça Estadual porque a apreensão foi feita no interior de aeronave.

A Justiça Estadual tem competência, se no lugar onde o delito for praticado, não houver Vara da Justiça Federal (L. 6.368/76, art. 27).

Não se confunde o momento de consumação com o da apreensão da droga.

A consumação ocorre quando tem início o transporte, por ser delito de natureza permanente. Precedente.

Habeas indeferido.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, na conformidade da ata de Julgamentos e das notas taquigráficas, por maioria de votos, em indeferir o Habeas Corpus.

Brasília, 03 de abril de 2001.

NÉRI DA SILVEIRA - Presidente


NELSON JOBIM - Relator

24 fl

03/04/2001

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS N. 80.730-5 MATO GROSSO DO SUL

RELATOR : MIN. NELSON JOBIM
PACIENTE : SÉRGIO ROBERTO DE CARVALHO
IMPETRANTES: LUIZ VICENTE CERNICHIARO E OUTRO
COATOR : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO NELSON JOBIM (Relator):

O paciente foi processado pela Justiça Federal de Campo Grande/MS (fls. 85 do apenso 1).

Condenado por tráfico internacional de entorpecentes, formação de quadrilha, ambos em co-autoria e descaminho (L. 6.368/76, arts. 12¹, c/c 18, I² e 14³ todos c/c CP, art. 29⁴ e CP, art. 334⁵; fls. 355 do apenso 2).

¹ L. 6.368, 21.10.76:

Art. 12. Importar ou exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda ou oferecer, fornecer ainda que gratuitamente, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a consumo substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

² L. 6.368, 21.10.76:

Art. 18 - As penas dos crimes definidos nesta Lei serão aumentadas de um terço a dois terços:

I - no caso de tráfico com o exterior ou de extraterritorialidade da lei penal;

³ L. 6.368, 21.10.76:

Art. 14. Associarem-se duas ou mais pessoas para o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos nos arts. 12 e 13 desta Lei:

⁴ CP:

Art. 29 - Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.

⁵ CP:

*Supremo Tribunal Federal*HABEAS CORPUS N. 80.730-5 MATO GROSSO DO SUL

As penas e os respectivos regimes foram:

(a) 15 (quinze) anos, 02 (dois) meses e 12 (doze) dias pelos delitos de tráfico internacional de entorpecente e formação de quadrilha, em regime integralmente fechado (fls. 355 do apenso 2);

(b) 1 (um) ano e 06 (seis) meses de reclusão, por descaminho, em regime inicial aberto (fls. 355 do apenso 2).

A apelação se encontra pendente de julgamento (fls. 07, do apenso 1).

O paciente impetrou Habeas.

Sustentou a incompetência da Justiça Federal (fls. 368/369 do apenso 2).

Alegou que é competente a Justiça Estadual (fls. 369 do apenso 2).

Queria ser processado pelo Juízo da Comarca de Rio Verde/MS (fls. 369 do apenso 2).

O TRF/3ª Região indeferiu (fls. 387 do apenso 2).

Leio na ementa:

"....."

Art. 334. Importar ou exportar mercadoria proibida ou iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

*Supremo Tribunal Federal*HABEAS CORPUS N. 80.730-5 MATO GROSSO DO SUL

Se no lugar em que é praticado o delito de tráfico internacional não há vara da Justiça Federal, o processo e julgamento caberão à Justiça Estadual e a jurisdição prestada, nessa hipótese, por juiz estadual, é também, jurisdição federal, embora excepcional, e a competência que se cogita é relativa, não excluindo, em caráter absoluto, a do Juiz Federal com jurisdição na circunscrição judiciária (inteligência dos artigos 109, V⁶, CF e 27⁷ da Lei n.º 6.368/76).

.....

Compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes cometidos a bordo de aeronaves, ressalvando-se a competência da Justiça Militar (Art. 109, IX⁸, da Constituição Federal), norma hierarquicamente superior, portanto prevalece sobre o artigo 27 da Lei n.º 6.368/76.

....." (fls. 387 do apenso 2).

Contra essa decisão, impetrou Habeas substitutivo de recurso ordinário (fls. 02/53 do apenso 1).

O STJ indeferiu (fls. 432 do apenso 2).

Está na ementa:

.....

... Ante a ausência de previsão legal, não é possível o exercício da jurisdição federal pelo juiz estadual, por delegação, em caso de crime cometido a bordo de aeronave.

⁶ CF:

Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

V - os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente;

⁷ L. 6.368/76:

Art. 27. O processo e o julgamento do crime de tráfico com o exterior caberão à justiça estadual com interveniência do Ministério Público respectivo, se o lugar em que tiver sido praticado for município que não seja sede de vara da Justiça Federal, com recurso para o Tribunal Federal de Recursos.

⁸ CF:

Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

IX - os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar;

Supremo Tribunal Federal
HABEAS CORPUS N. 80.730-5 MATO GROSSO DO SUL

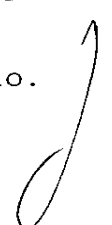
....." (fls. 432 do apenso 2).

Irresignado, impetrou o presente Habeas sob o mesmo fundamento: a incompetência da Justiça Federal.

Objetiva ser julgado pelo Juízo estadual da Comarca de Rio Verde-MS (fls. 20).

A PGR opina pelo indeferimento (fls. 33).

É o relatório.



Supremo Tribunal Federal
HABEAS CORPUS N. 80.730-5 MATO GROSSO DO SUL

V O T O

O SENHOR MINISTRO NELSON JOBIM (Relator):

A Turma já examinou dois Habeas relativos ao mesmo processo criminal.

Foram os Habeas Corpus 76.967-0 e 79.237-5.

No primeiro o Paciente alegou falta de fundamentação da prisão preventiva.

No segundo, insurgiu-se contra decisão, em Conflito de Competência, suscitado pela Dra. SUZANA CARMAGO, Juíza Relatora da 5ª Turma do TRF/3ª Região, em face de relator da 1ª Turma, Juiz THETÔNIO COSTA.

Relembro à Turma que se tratava de um primeiro Habeas, onde, após o indeferimento da liminar, houve desistência.

Subseqüentemente, houve ajuizamento de um segundo Habeas, idêntico ao primeiro, que veio a ser distribuído, pelo sistema manual, ao Juiz THEOTONIO COSTA.

Este, deferiu a liminar.

O caso deu origem, inclusive, a procedimento junto ao STJ, onde responde o segundo Juiz.

O paciente visa anular a ação penal.

*Supremo Tribunal Federal***HABEAS CORPUS N. 80.730-5 MATO GROSSO DO SUL**

Alega incompetência do juízo (fls. 04).

Analiso.

1. Os Fatos

O Paciente, major reformado da Polícia Militar do Mato Grosso do Sul, juntamente com sua mulher e mais 8 pessoas, foi denunciado (Campo Grande, MS) pela prática de crime de tráfico de drogas, formação de quadrilha para o tráfico, com aumento de pena por tráfico com o exterior (art. 12⁹ **caput**, 14¹⁰ e 18, I¹¹ da Lei 6.368/76) combinado com contrabando (art. 334, **caput**, do CP¹²), em concurso material de delitos (fls. 268/278).

Narra a denúncia, datada de 21 de novembro de 1997:

(a) que "... há cerca de dois anos, policiais federais ... investigam [no Estado do Mato Grosso do Sul] a atuação de organizações criminosas voltadas à traficância

⁹ L. 6.368, 21.10.76:

Art. 12. Importar ou exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda ou oferecer, fornecer ainda que gratuitamente, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a consumo substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

¹⁰ L. 6.368, 21.10.76:

Art. 14. Associarem-se duas ou mais pessoas para o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos nos arts. 12 e 13 desta Lei:

¹¹ L. 6.368, 21.10.76:

Art. 18 - As penas dos crimes definidos nesta Lei serão aumentadas de um terço a dois terços:

I - no caso de tráfico com o exterior ou de extraterritorialidade da lei penal;

¹² CP:

Art. 334. Importar ou exportar mercadoria proibida ou iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída o pelo consumo de mercadoria:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

*Supremo Tribunal Federal*HABEAS CORPUS N. 80.730-5 MATO GROSSO DO SUL

internacional de entorpecentes, com ramificação em outros Estados do País e também no exterior, notadamente a Bolívia e a Colômbia" (fls. 56/57);

(b) que a operação "... culminou em março de 1997 com o desbaratamento de ... quadrilha, da qual fazia parte ILMAR DE SOUZA CHAVES, vulgo 'PIXÓXÓ'. Esta, anteriormente à sua prisão com 126 quilos de cocaína, já atuava conjuntamente com o [ora Paciente], o qual, desde então, chamava a atenção dos agentes federais por possuir considerável patrimônio (aeronaves, caminhões, carros de passeio, imóveis urbanos e rurais, duas empresas de porte, etc.), em total incompatibilidade com os seus rendimentos. ... Desde então [a Polícia] passou ... a manter sob vigilância a movimentação na ... propriedade rural do [ora Paciente] situada em Rio Verde ... onde foi construída uma pista para que as aeronaves tivessem no local um entreposto para o transporte de cocaína ..." (fls. 57).

Prossegue a denúncia narrando as ligações do Paciente com o tráfico, inclusive dois acidentes de aeronaves pertencentes ao Paciente, um na Bolívia e outro em Roraima (fls. 58).

O Paciente, de acordo com a denúncia, promoveu a remoção do corpo do piloto, tendo pago todas as despesas, omitindo, sempre, o local do acidente (fls. 271).

Após narrar diversos fatos envolvendo o Paciente, informa a Denúncia que, "... no dia 07 de novembro de 1997 ..." os policiais impediram decolagem de aeronave onde "... foram encontrados oito sacos plásticos ..." com 237,35 quilos de cocaína.

Nesse mesmo dia foram presos co-réus (fls. 62/63).

O Paciente não foi encontrado nesse dia e os Policiais localizaram, na casa do mesmo, "... diversos outros bens de origem estrangeira e nacional, ... inclusive cartuchos íntegros, para diversos calibres" (fls. 61).

*Supremo Tribunal Federal*HABEAS CORPUS N. 80.730-5 MATO GROSSO DO SUL

Em outubro de 1997 foram presos, no Paraguai, Valdir da Silva Batista [que já está condenado a 23 anos de prisão, por tráfico de entorpecentes e aguarda pedido de extradição para o Brasil] e Luiz Carlos que foi liberado junto com a aeronave (fls. 62).

Ato contínuo, foi preso Éder Vieira, outro integrante da quadrilha (fls. 276).

O Paciente e sua mulher tiveram prisão preventiva decretada.

Foram presos em 16 de novembro de 1997, quando se encontravam hospedados em hotel "... no litoral de São Paulo ... [onde forneceram] ... endereços e dados de documentos falsos ..." (fls. 63).

Na inicial do HC 14.108, junto ao STJ, leio:

"... no dia 7.11.97, foi feita a apreensão de 237,35 kg de cocaína, que estava sendo transportada em uma aeronave. Esta encontrava-se pousada na Fazenda Nova Cordilheira, localizada no Município e Comarca de Rio Verde-MS, distante mais de 200 (duzentos) quilômetros do Município e Comarca de Campo Grande-MS;

....." (fls. 05 do apenso 1).

2. A fundamentação.

A aeronave decolou da Bolívia, com a carga de drogas.

Aterrissou na fazenda, de propriedade do paciente, em Rio Verde/MS.

Supremo Tribunal Federal
HABEAS CORPUS N. 80.730-5 MATO GROSSO DO SUL

Lá houve a apreensão da droga no interior da aeronave.

Na comarca de Rio Verde não há Vara Federal.

O paciente foi processado e condenado na Justiça Federal em Campo Grande/MS.

O Juiz Federal entendeu que o fato caracterizava-se como tráfico internacional de entorpecentes.

A competência, em regra, é da Justiça Federal.

A Justiça Estadual é competente para processar e julgar o tráfico de entorpecentes com o exterior se, no lugar em que for praticado, não houver Vara de Justiça Federal (L. 6.368/76, art. 27¹³).

Para se definir a competência é preciso verificar o momento da consumação do delito, ou seja, de sua prática.

No caso, a consumação ocorreu quando teve início o transporte do entorpecente.

Há precedente nesta Turma (HC 74.287, MAURÍCIO CORRÊA).

Leio na ementa:

¹³ L. 6.368/76:

Art. 27. O processo e o julgamento do crime de tráfico com o exterior caberão à justiça estadual com interveniência do Ministério Público respectivo, se o lugar em que tiver sido praticado for município que não seja sede de vara da Justiça Federal, com recurso para o Tribunal Federal de Recursos.

*Supremo Tribunal Federal*HABEAS CORPUS N. 80.730-5 MATO GROSSO DO SUL

".....

... Por ser o transporte ilícito de entorpecente delito de caráter permanente, consuma-se o crime desde quando se inicia o ato de transportar e não somente quando da apreensão da droga.

... Também por ser delito de caráter permanente, se estendida a sua perpetração a mais de uma jurisdição, preventivo é o primeiro juiz que, sendo competente pela natureza da infração, toma conhecimento da causa, praticando qualquer ato processual.

....."

Nos autos da ação penal há um parecer da professora ADA PELLEGRINI GRINOVER, a respeito da matéria.

Leio:

".....

... por expressa autorização da Constituição (art. 109, § 3.^o¹⁴), o legislador ordinário (art. 27¹⁵, da Lei 6.368, de 21 de outubro de 1976) retirou do juiz federal a competência para processar e julgar o crime de tráfico com o exterior, onde não houvesse sede de vara da justiça federal, mantendo o recurso para os Tribunais Regionais Federais. Desse modo, na hipótese de **crime cometido** em comarca que não for sede de vara da justiça federal, a competência é repartida entre duas justiças: em primeiro grau a justiça estadual e em segundo grau a justiça federal.

.....

¹⁴ CF:

Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

§ 3.^o Serão processadas e julgadas na Justiça estadual, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários, as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal, e, se verificada essa condição, a lei poderá permitir que outras causas sejam também processadas e julgadas pela Justiça estadual.

¹⁵ L. 6.368/76:

Art. 27. O processo e o julgamento do crime de tráfico com o exterior caberão à justiça estadual com interveniência do Ministério Público respectivo, se o lugar em que tiver sido praticado for município que não seja sede de vara da Justiça Federal, com recurso para o Tribunal Federal de Recursos.

*Supremo Tribunal Federal*HABEAS CORPUS N. 80.730-5 MATO GROSSO DO SUL

No caso **sub examine**, a primeira etapa deste procedimento de concretização da competência consistiu em definir a causa como de competência da justiça federal. Incidiram, aí, tanto o inciso V¹⁶ como o IX¹⁷ do artigo 109 da Constituição Federal. O primeiro porque o crime de tráfico internacional está previsto em convenção e o segundo em virtude do crime ter sido praticado a bordo de aeronave. Ambos atuam sobre a situação concreta para a fixação da competência genérica da justiça federal.

.....

Em síntese: a competência seria da justiça federal, por força dos incisos V e IX, do artigo 109, da Constituição Federal, mas, no caso, é da justiça estadual porque **o fato ocorreu em comarca que não é sede de vara da justiça federal**, conforme prevêem o artigo 109, § 3º, da Constituição Federal, e o artigo 27, da Lei Antitóxicos.

....." (fls. 454, 459 e 462 do apenso 2).

A teor do parecer, o crime teria ocorrido na comarca de Rio Verde (fls. 454).

Ora, na forma da jurisprudência, a consumação ocorre "... desde quando se inicia o ato de transportar e não somente quando da apreensão da droga" (HC 74.287, MAURÍCIO).

Não há que se confundir o momento de consumação do delito com o momento da apreensão da droga (fls. 454).

¹⁶ CF:

Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

V - os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente;

¹⁷ CF:

Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

IX - os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar;

Supremo Tribunal Federal
HABEAS CORPUS N. 80.730-5 MATO GROSSO DO SUL

É característica do tráfico a sua projeção no tempo.

É um crime de natureza permanente.

Nesse sentido, leio DAMÁSIO:

"Crimes permanentes são os que causam uma situação danosa ou perigosa que se prolonga no tempo. ..."⁽¹⁸⁾

No caso, o crime consumou-se quando a aeronave decolou da Bolívia.

O ingresso da aeronave no espaço aéreo nacional firmou a competência da Justiça Federal brasileira (CF, art. 109, IX¹⁹).

A competência não se alterou pelo fato da aeronave ter aterrissado em Rio Verde/MS.

A droga foi apreendida em seu interior.

Ou seja, o crime foi cometido a bordo de aeronave.

A competência é da Justiça Federal.

3. O crime de descaminho.

O paciente também foi condenado pelo delito de descaminho (CP, art. 334²⁰).

¹⁸ Direito Penal, 1ª Vol. 23ª ed. Editora Saraiva, pp. 194.

¹⁹ CF:

Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

IX - os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar;

*Supremo Tribunal Federal***HABEAS CORPUS N. 80.730-5 MATO GROSSO DO SUL**

A competência para processar e julgar esse delito, é da Justiça Federal (CF, art. 109, IV²¹).

Como bem lembrou a PGR,

"... é suficiente, para firmar a competência da Justiça Federal, o fato de que o paciente foi também condenado por crime de descaminho, em relação ao qual não há previsão de delegação de competência para a Justiça estadual. Portanto, em razão da conexão, cabia à Justiça Federal o processo e julgamento de todos os delitos." (fls. 33).

4. A decisão.

Conheço do **habeas** e o indefiro.

²⁰ CP:

Art. 334. Importar ou exportar mercadoria proibida ou iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída o pelo consumo de mercadoria:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

²¹ CF:

Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

IV - os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;

03/04/2001

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS N. 80.730-5 MATO GROSSO DO SUL

V O T O

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Senhor Presidente, o último precedente do Plenário, da minha lavra, é harmônico com o Verbete nº 522 da Súmula.

Naquele caso, diante de hipótese relativa ao tráfico internacional de entorpecente, assentamos que prevalece a norma do artigo 109, inciso V, da Constituição Federal:

Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

V - os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente;

Senhor Presidente, tal norma pressupõe a existência de juízo federal na comarca na qual ocorrido o crime, conclusão que advém da interpretação sistemática dos preceitos insertos nesse inciso V e no § 3º do artigo 109, este último a disciplinar o deslocamento da competência da Justiça Federal para a Justiça comum, dizendo respeito, em si, a todo o texto do artigo 109.

Há uma regra explícita, de eficácia imediata, no tocante à competência da Justiça comum relativamente "as causas em

em

que forem parte instituição de previdência social e segurado" e não houver, na comarca, juiz federal. Quanto a esse conflito de interesses que envolve segurado ou beneficiário e Previdência Social, contamos com regra explícita, que não pode ser interpretada de forma analógica a ponto de apanhar o processo criminal e que concerne apenas à Previdência Social. Não obstante, a cláusula final do § 3º é clara ao prever que "a lei poderá permitir que outras causas sejam também processadas e julgadas pela Justiça estadual".


No caso dos autos, a substância tóxica saiu da Bolívia e adentrou o território nacional. Foi a droga apreendida no Município de Rio Verde e, portanto, consumou-se o crime, no Brasil, em Rio Verde, isso relativamente ao tráfico. Aí, Senhor Presidente, à luz do Código de Processo Penal, determina-se a competência jurisdicional pelo lugar da infração. Mais do que isso, o artigo 70 do referido Código dispõe que:

Art. 70. A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.

O último ato de execução no território brasileiro ocorreu no Município de Rio Verde, que não conta com juiz federal. Os parágrafos do artigo 70 revelam, justamente, que se deve levar em conta o local em que consumada a infração. Não houve, no País, diante da apreensão imediata do tóxico, outros desdobramentos. O crime ficou restrito à área geográfica do Município de Rio Verde.

Então, Senhor Presidente, não posso deixar de dar eficácia - nesse sentido é o parecer da jurista Ada Pellegrini Grinover - à parte final do § 3º do artigo 109. É certo que, de acordo com o inciso V do artigo 109, os crimes previstos em tratado ou convenção internacional são da competência da Justiça Federal. Aí não há aquela exceção contemplada no inciso IV, exceção que corre à conta da jurisdição especializada criminal, militar e da jurisdição também especializada, que é a eleitoral. Entretanto, a incidência do inciso V do artigo 109 pressupõe a existência, na localidade, de Juízo federal, porque, não havendo este, aplica-se a cláusula do § 3º do artigo 109. Cabe indagar: existe lei - já que não veio à balha alusão explícita, ao contrário do que aconteceu nas lides a envolverem segurados, beneficiários. previdência social - sobre a competência da Justiça comum, para a hipótese de não se ter, na localidade, vara federal? Se inexistente a lei, dá-se o deslocamento para a vara federal mais próxima do local em que cometido o crime, em que ocorrida a infração; havendo tal lei, há de se lhe imprimir eficácia a partir do disposto na própria Carta da República na parte final do § 3º do artigo 109. É o caso, Senhor Presidente, da Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976, expressa, ao revelar que:

Art. 27. O processo e o julgamento do crime de tráfico com o exterior caberão à justiça estadual com interveniência do Ministério Público respectivo, se o lugar em que tiver sido praticado for município que não seja sede de vara da Justiça Federal, com recurso para o Tribunal Federal de Recursos.



*Supremo Tribunal Federal***HC 80.730-5 MS**

A menos que assentemos aqui - e não me parece ser a hipótese - a inconstitucionalidade deste dispositivo, indubitavelmente, por mandamento constitucional, a competência é da Justiça comum.

Não posso, Senhor Presidente, fugir à conjugação, à interpretação sistemática do que se contém no artigo 109 da Carta da República, levando em conta, como dita o § 3º desse artigo 109, a existência da Lei nº 6.368/76. Estamos diante de uma situação concreta em que se deixa de aplicar o inciso V do artigo 109, por não existir vara federal no lugar em que ocorrido o crime - repito, não na Bolívia, mas no território brasileiro, local da apreensão da droga.

Peço vênua ao nobre Ministro-Relator para subscrever, com a permissão da douta jurista Ada Pellegrini Grinover, o parecer que emitiu nos autos. E o faço, repito, a partir do texto da própria Constituição Federal e sem receio de estar inobservando o teor do Verbete nº 522, porque este se mostra afinado com o que sustentei no Plenário quando do julgamento do conflito de competência mencionado da tribuna, ao revelar jurisprudência segundo a qual:

522 - Salvo ocorrência de tráfico para o exterior, quando, então, a competência será da Justiça Federal, compete à Justiça dos Estados o processo e o julgamento dos crimes relativos a entorpecentes.

Este Verbete, no que direciona à atuação da Justiça federal, pressupõe, como quer o § 3º do artigo 109 da Constituição

*Supremo Tribunal Federal***HC 80.730-5 MS**

de 1988, a existência de vara federal no local em que praticado o crime. O nobre Ministro-Relator reconheceu que, em Rio Verde, não há vara federal.

O SR. MINISTRO NELSON JOBIM (RELATOR) - Mas não reconheci que a prática foi lá. A divergência fundamental é o conceito de prática. V.Ex^a. entendeu cometido o crime ao ingressar no território nacional. O crime foi cometido a bordo de uma aeronave, que é o segundo dado, o segundo elemento que o STJ deu relevância.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Senhor Presidente, como está redigida a denúncia? Qual o núcleo do tipo tráfico consignado?

O SR. MINISTRO NELSON JOBIM (RELATOR) - Além disso, há essa circunstância.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - O que está na denúncia? Qual foi a imputação, em si? Foi o tráfico, quanto ao transporte, considerada a apreensão na aeronave. Aí, voltamos ao Código de Processo Penal, relativamente à delimitação da competência, havendo desdobramentos.

Para mim, na hipótese, não cabem tais desdobramentos, porquanto a única área geográfica envolvida na espécie - em face do

ato, da constatação do crime - concerne ao Município de Rio Verde. E diria mesmo, Senhor Presidente, em se tratando de fronteira, sem receio de erro, que não se conta com vara federal. O avião sobrevoou um espaço do território brasileiro, mas pousou pela vez primeira, pelo menos - isso ficou elucidado -, na Comarca de Rio Verde. Daí eu haver concluído que o crime, para efeito do que se contém no Código de Processo Penal, aconteceu realmente em Rio Verde, quando apanhados os acusados na posse da droga, quando apreendida a droga ainda no interior da aeronave. E afirmo, Senhor Presidente, que o § 3º do artigo 109 também guarda pertinência com o inciso que versa sobre a competência da Justiça Federal para apreciar crimes praticados a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar, e, quando há essa alusão a crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves nacionais, com a bandeira nacional, tem-se o caso de que a aeronave está sobrevoando, o navio está em pleno oceano; não há hipótese de que a aeronave aterrisou e aí se surpreendeu os que estavam na aeronave de posse da droga.

Persisto, Senhor Presidente, no entendimento de que, aqui, a competência é realmente da Justiça comum, em que o juiz estadual estará investido como que da jurisdição federal.

Na espécie, voto concedendo a ordem.

03/04/2001

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS N. 80.730-5

MATO GROSSO DO SUL

V O T O

O SENHOR MINISTRO NÉRI DA SILVEIRA (PRESIDENTE) - Não empresto maior relevo ao fundamento com base no art. 109, V, da Constituição:

"V - os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente."

Foi exatamente a existência de tratado ou convenção internacional que ensejou um larguíssimo debate, em 1967, quando se restaurou a Justiça Federal no País, entre as Justiças Comum e Federal, em torno da competência para o processo e julgamento dos crimes de entorpecentes. A tal ponto que, num primeiro momento, invocando-se o fato de ser um crime previsto em tratado ou convenção internacional, em alguns Estados, como aconteceu, por exemplo, no Estado do Rio Grande do Sul, as varas criminais remeteram à Justiça Federal todos os processos relativos a entorpecentes, sem discutir a questão de ser tráfico internacional ou simples tráfico interno de entorpecentes. Isso aconteceu também no Rio de Janeiro, em São Paulo. E o Supremo Tribunal Federal veio a se manifestar, em conflito de competência, no julgamento de que foi Relator o eminente Ministro Evandro Lins, à época, que está aqui referido, inclusive na publicação constante da RTJ 43, em que o Supremo Tribunal Federal

J. Néri

assentou o entendimento que, depois, se consubstanciou na Súmula 522, deste teor:

"522 - Salvo ocorrência de tráfico para o Exterior, quando, então, a competência será da Justiça Federal, compete à Justiça dos Estados o processo e julgamento dos crimes relativos a entorpecentes."

Foi a solução desse conflito generalizado de competência entre as duas Justiças. Então, ficou com a Justiça Federal o tráfico internacional e, os demais casos de entorpecentes, tráfico local de entorpecentes, etc., com a Justiça Comum.

Sobreveio, posteriormente, a Lei nº 6.368, de 1976, que efetivamente previu, em seu art. 27, a possibilidade da competência da Justiça Estadual, mesmo em se tratando de hipótese de tráfico para o exterior, desde que o local da ocorrência do crime não fosse sede de Vara da Justiça Federal.

Pudesse a matéria chegar até aí, e tão-só nesses limites, penso que a posição adotada pelo eminente Ministro Marco Aurélio seria aceitável e eu acompanharia S. Exa. Também já votei nesse sentido, entendendo que a competência, ut art. 27, foi recebida pela nova ordem constitucional, em face, precisamente, da norma do art. 109, § 3º, **in fine**: à lei caberá permitir que outras causas, e aí compreendem-se cíveis ou criminais, possam ser atribuídas à competência da Justiça Estadual, exatamente para viabilizar maior rapidez e mesmo a exeqüibilidade de determinados procedimentos criminais. Esse é um caso típico: o Município de Rio Verde fica a 200 Km de Campo Grande.

Mas aqui, no caso concreto, há um elemento novo a ser considerado - se tivesse sido em transporte por via terrestre, se

na fazenda tivesse havido uma denúncia e a polícia, efetivamente, na sede da fazenda, houvesse encontrado esse depósito de cocaína etc., penso que, aí, não há dúvida de que a competência seria do Juiz da localidade -, para o qual a Constituição prevê, em regra expressa, uma competência absoluta da Justiça, quer dizer, uma competência impartilhável da Justiça Federal com a Justiça local, pois somente a Constituição autoriza excluir da competência da Justiça Federal as hipóteses de competência da Justiça Militar, isto é, quando se tratar de aeronave militar. O ingrediente novo é este: o crime ter sido cometido a bordo de aeronave, a substância entorpecente foi apreendida inclusive ainda no interior da aeronave na qual foi transportada. Então, não há dúvida de que se trata de crime que foi cometido a bordo de aeronave. E, em tendo sido cometido a bordo de aeronave, a competência é sempre da Justiça Federal, qualquer que seja o local onde o fato tenha ocorrido. Se a denúncia é de que um determinado avião está fazendo transporte e a polícia apreende esse aparelho com uma carga de substância entorpecente, o crime é sempre da competência da Justiça Federal, qualquer que tenha sido a localidade, seja ou não seja sede de Vara da Justiça Federal. Por isso que, no caso concreto, penso que esse fundamento é decisivo para assentar-se a competência da Justiça Federal.

O processo em julgamento tramitou na capital, em Vara da Justiça Federal em Campo Grande-MS e, assim, o juiz era competente. Por isso o fundamento do **habeas corpus** não parece acolhível, quando sustenta a competência do Juiz local.

Peço vênia, também, ao eminente Ministro Marco Aurélio, por esse fundamento, para acompanhar o voto do eminente Ministro-Relator.

J. G. M.

SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS N. 80.730-5

PROCED. : MATO GROSSO DO SUL

RELATOR : MIN. NELSON JOBIM

PACTE. : SÉRGIO ROBERTO DE CARVALHO

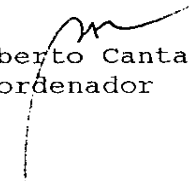
IMPTE. : LUIZ VICENTE CERNICHIARO E OUTRO

COATOR : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: Por maioria, a Turma indeferiu o **habeas corpus**, vencido o Senhor Ministro Marco Aurélio. Falou, pelo paciente, o Dr. Manoel Cunha Lacerda e, pelo Ministério Público Federal, o Dr. Edinaldo de Holanda Borges. 2ª. Turma, 03.04.2001.

Presidência do Senhor Ministro Néri da Silveira. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Maurício Corrêa e Nelson Jobim.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Edinaldo de Holanda Borges.


Carlos Alberto Cantanhede
Coordenador